

Requisitos:	<p>Conhecimentos Essenciais em Informática e Sistema SEI: Proficiência no Pacote Office e certificação básica no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com pelo menos 6 meses de experiência comprovada em sua utilização.</p> <p>Expertise Jurídica Específica: Profundo conhecimento das leis, regulamentos e normas que regem as licitações públicas, com especial ênfase na Lei Federal n.º 13.303/16 e na Nova Lei de Licitação, além de decretos e normativas pertinentes.</p> <p>Conhecimentos Fundamentais em Direito: Conhecimento básico em Direito Administrativo, Comercial e Contábil, essenciais para uma atuação abrangente e eficiente no contexto das licitações públicas.</p> <p>Habilidades Analíticas e Estratégicas Aprimoradas: Capacidade comprovada de análise e interpretação de documentos complexos de licitação, contratos e regulamentos, além de habilidade para identificar riscos, oportunidades e propor recomendações estratégicas.</p> <p>Comunicação e Negociação Avançadas: Excelentes habilidades de comunicação oral e escrita para estabelecer diálogo eficiente com fornecedores, partes interessadas internas e externas, além de capacidade de negociação para garantir termos contratuais favoráveis.</p> <p>Gerenciamento de Projetos Específico para Licitações: Experiência comprovada em gerenciamento de projetos, com foco em garantir que todas as etapas do procedimento licitatório sejam concluídas dentro do prazo e do orçamento previsto.</p> <p>Domínio de Ferramentas Específicas de Licitação e Contratos: Familiaridade com plataformas eletrônicas de licitação e software de gerenciamento de contratos, essenciais para uma gestão eficiente e transparente dos processos.</p> <p>Experiência Prática Comprovada: Certificação de pregoeiro e comprovação de no mínimo 2 anos de prática nas atribuições elencadas, demonstrando um histórico sólido e eficaz na área de licitações públicas.</p>
-------------	--

A seleção dos candidatos ocorrerá em duas etapas: análise de currículos com documentos comprobatórios da formação/requisitos e entrevista ambas de caráter eliminatório.

Os currículos e documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao e-mail: liquidacao.administracao@goias.gov.br ou no endereço Rua 05 n.º 833, 8º andar - Ed. Palácio de Prata, Setor Oeste, até o dia 25/03/2024, com a indicação do cargo para o qual o candidato estará concorrendo.

Serão eliminados da primeira etapa os candidatos que não enviarem todos os documentos exigidos acima, conforme o cargo escolhido. Serão convocados para a entrevista até 3 vezes o número de candidatos por vaga, de acordo com a pontuação obtida na análise curricular, tendo maior peso a experiência comprovada.

As entrevistas serão realizadas no endereço citado acima, em data e horário futuramente agendado. A convocação para esta etapa será pessoal ao candidato selecionado por e-mail e/ou contato telefônico. Em nenhuma hipótese a entrevista será reagendada, sendo eliminado do certame o candidato que não comparecer, conforme a convocação.

No momento da entrevista, serão exigidos os documentos comprobatórios da primeira etapa, em sua versão original ou cópia autenticada.

Goiânia, 20 de março de 2024.

Bruno Batista Silva
Liquidante da PRODAGO em liquidação

Protocolo 448877

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PORTARIA Nº 90, de 14 de março de 2024

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI**, no uso de suas atribuições que lhes conferem o inciso III, do art. 76 da Lei nº 21.792/23, e

Considerando o Programa de *Compliance* Público por meio da implantação da gestão de riscos corporativos, com base nas boas práticas de governança corporativa, o qual é gerido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás - CGE;

Considerando os modelos de boas práticas gerenciais em Gestão de Riscos e Controle Interno a serem adotados no âmbito da administração pública do Estado de Goiás, estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 9.406/2019, em busca de se evoluir em maturidade da prática;

Considerando a Norma ABNT NBR IEC (ISO) 31010:2021 que fornece orientações sobre a seleção e aplicação de técnicas para o processo de avaliação de riscos em uma ampla gama de situações; Considerando a Norma ABNT ISO 37.301/2021 - Sistema de Gestão de Compliance; e

Considerando, ainda, a iniciativa estratégica de implantação do Eixo IV do Programa de *Compliance* Público, que trata da Gestão de Riscos nos entes da administração direta e indireta do poder executivo do Estado de Goiás, instituído pelo Decreto Estadual nº 9.406/19;

RESOLVE:

Art. 1º INSTITUIR a Política de Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) que compreende:

- I - o objetivo;
- II - os princípios;
- III - as diretrizes;
- IV - as responsabilidades;
- V - o processo de gestão de riscos.

Art. 2º A Política de Gestão de Riscos tem como premissa básica o alinhamento ao Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), bem como aos seus objetivos estratégicos, com vistas a garantir os valores fundamentais da organização em consonância com a Cadeia de Valores devidamente definida.

DO OBJETIVO

Art. 3º A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos no (a) Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), com vistas à análise de riscos no processo de tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

Parágrafo único. A Política definida nesta Portaria deverá ser observada por todas as áreas e níveis de atuação do Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), sendo aplicável a seus respectivos processos de trabalho, projetos, atividades e ações.

Art. 4º A Política de Gestão de Riscos promoverá:

- I - a identificação de eventos em potencial que afetem a consecução dos objetivos institucionais;
- II - o alinhamento do apetite ao risco com as estratégias adotadas;
- III - o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos;



- IV - o aprimoramento dos controles internos administrativos;
- V - a integração da gestão de riscos aos objetivos e processos organizacionais;
- VI - a tomada de decisões baseada em riscos.

DOS PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 5º A gestão de riscos observará os seguintes princípios, na sua busca por criação e proteção de valor:

- I - ser parte integrante de todas as atividades organizacionais;
- II - ser estruturada e abrangente;
- III - ser personalizada e proporcional aos contextos interno e externo da organização;
- IV - ser inclusiva;
- V - ser baseada nas melhores informações disponíveis;
- VI - considerar fatores humanos e culturais;
- VII - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças;
- VIII - garantir a manutenção dos valores da organização;
- IX - favorecer a melhoria contínua na organização.

DAS DIRETRIZES DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 6º Para fins desta Portaria considera-se:

- I - **Apetite a risco** - quantidade e tipo de riscos que uma organização está disposta a aceitar na busca para atingir seus objetivos estratégicos e operacionais;
- II - **Atitude perante o risco** - abordagem da organização para analisar e avaliar o risco e, com isso, decidir reduzir, evitar, compartilhar, aceitar ou potencializar;
- III - **Auditoria Baseada em Riscos (ABR)**: atividade utilizadora de metodologia que associa a auditoria interna ao arcabouço global das práticas adotadas para a consecução da gestão de riscos em uma organização, possibilitando que a mesma dê razoável garantia à alta gestão dos órgãos e das entidades de que os riscos estão sendo gerenciados de maneira eficaz em relação ao apetite por riscos;
- IV - **Aversão ao risco** - atitude de afastar-se de riscos;
- V - **Consequência** - resultado de um evento que afeta os objetivos da unidade ou mesmo da organização, após materialização do risco;
- VI - **Controle** - medida que visa mitigar ou reduzir o nível do risco;
- VII - **Crítérios de risco** - termos de referência para avaliar a significância do risco e para apoiar os processos de tomada de decisão;
- VIII - **Estrutura de gestão de riscos** - conjunto de elementos que fornecem os fundamentos e disposições organizacionais para, metodologicamente, conceber, implementar, monitorar, rever e melhorar continuamente a gestão do risco em toda a organização;
- IX - **Evento** - ocorrência ou alteração em um conjunto específico de circunstâncias;
- X - **Fonte de risco** - elemento que, individualmente ou combinado, tem o potencial intrínseco para materializar o risco;
- XI - **Gestão de riscos** - atividades coordenadas metodologicamente para dirigir e controlar uma organização, no que diz respeito ao risco;
- XII - **Impacto** - efeito resultante da ocorrência do evento, para a organização;
- XIII - **Nível de risco** - magnitude de um risco expressa na combinação da consequência (impacto) e de sua probabilidade de ocorrência;
- XIV - **Parte interessada** - pessoa ou organização que pode afetar, ser afetada, ou perceber-se afetada por uma decisão ou atividade;
- XV - **Plano de ação** - plano dentro de uma estrutura de gestão de riscos, especificando a abordagem, os componentes de gestão (procedimentos, práticas, atribuição de responsabilidades, sequência e cronograma das atividades) e os recursos a serem aplicados para gerenciar riscos;
- XVI - **Política de gestão de risco** - declaração das intenções, princípios, diretrizes e responsabilidades de uma organização relacionadas ao processo de gestão de riscos;
- XVII - **Probabilidade** - chance de algo acontecer;
- XVIII - **Processo de avaliação de riscos** - processo global de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos;
- XIX - **Processo de gestão de riscos** - aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão para as atividades de comunicação, consulta, estabelecimento do contexto e na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica dos riscos;
- XX - **Proprietário do risco** - pessoa ou entidade com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;
- XXI - **Riscos** - efeito da incerteza nos objetivos organizacionais;
- XXII - **Riscos-chave** - são aqueles que podem afetar significativamente

o alcance dos objetivos e o cumprimento da missão institucional, a imagem e a segurança da organização e de pessoas. Devido ao impacto potencial nos resultados da organização, os riscos-chave devem ser monitorados diretamente pelo Comitê Setorial;

XXIII - **Risco inerente** - risco ao qual se expõe face à inexistência de controles que alterem o impacto ou a probabilidade do evento;

XXIV - **Risco residual** - risco remanescente após a implantação dos controles adicionais e/ou ajustes dos controles existentes para o tratamento do risco;

XXV - **Tolerância ao risco** - é a disposição da organização em suportar o risco após a implantação do tratamento, ou seja, decide tolerar o risco residual sem a implantação de novos controles.

Art. 7º A Política de Gestão de Riscos abrange as seguintes categorias de riscos:

- I - **Estratégicos** - riscos que causam impactos sobre os objetivos estratégicos e a execução da estratégia planejada;
 - II - **De Conformidade** - riscos que se referem ao não atendimento das normas legais vigentes;
 - III - **Financeiros** - riscos que se relacionam à inadequada gestão de caixa ou aplicação de recursos;
 - IV - **Operacionais** - riscos que prejudicam a execução ou o progresso dos processos internos;
 - V - **Ambientais** - riscos que causam impacto no meio ambiente;
 - VI - **De Tecnologia da Informação** - riscos que se referem à indisponibilidade ou inoperância de equipamentos e sistemas informatizados;
 - VII - **De Recursos Humanos** - riscos decorrentes da incapacidade em gerir recursos humanos;
 - VIII - **Combate à Corrupção** - riscos relacionados à fraude e à corrupção em qualquer uma das categorias acima.
- rt. 8º São elementos estruturantes da Gestão de Riscos do (a) Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) a Política de Gestão de Riscos, o Comitê Setorial de Compliance Público, a Escritório de *Compliance* Público (ou equivalente), o Processo de Gestão de Riscos e as Ações de Controle.

DAS RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DE RISCOS

Art. 9º São considerados proprietários dos riscos, em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos, atividades e ações desenvolvidas nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

Art. 10. Compete aos proprietários dos riscos, relativamente aos processos de trabalho e iniciativas sob sua responsabilidade:

- I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos, atividades e projetos sob sua responsabilidade;
 - II - identificar e implantar controles preventivos e corretivos;
 - III - registrar como são feitas as ações de controle existentes (aquelas que eram executadas antes do risco ser identificado);
 - IV - elaborar um plano de ação para as ações de controle a implantar sob sua responsabilidade;
 - V - registrar e monitorar periodicamente todos os eventos relacionados aos riscos sob sua responsabilidade, inclusive os indicadores de monitoramento no Sistema Smartsheet;
 - VI - apresentar os relatórios gerenciais (mínimo quadrimestralmente) dos riscos, principalmente se acima do apetite a risco da organização, ao Comitê Setorial;
 - VII - monitorar se os controles implantados para mitigar os riscos são suficientes e adequados para mantê-los dentro do apetite a risco da instituição;
 - VIII - realizar a análise crítica do gerenciamento dos riscos sob sua responsabilidade, e submeter ao seu superior hierárquico, integrante do Comitê. Se este entender necessário, reportará ao Colegiado as alterações que precisam ser efetivadas, com vistas à melhoria contínua do processo e a redução do nível do risco, sempre que possível;
 - IX - estimular e favorecer a equipe a se capacitar em gestão de riscos para que ela seja envolvida em todas as etapas da gestão de riscos, inclusive nas decisões quanto ao tratamento dos riscos;
 - X - manter registro formal de todos os atos praticados, para fins de fornecimento de informações, relatórios e evidências das ações e demais providências adotadas para mitigação dos riscos.
- Art. 11. Compete ao Comitê Setorial de Compliance Público a coordenação geral do Programa de Compliance Público no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e demais responsabilidades estabelecidas em portaria específica.



Art. 12. Compete ao Escritório de Compliance Público auxiliar o Comitê Setorial de Compliance em suas funções; orientar e monitorar funções e responsabilidades pela gestão de riscos e demais atribuições estabelecidas em portaria específica.

DO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 13. O processo de Gestão de Riscos será compreendido pelas seguintes fases:

I - Comunicação e Consulta - processos contínuos e interativos que uma organização conduz para fornecer, compartilhar ou obter informações e se envolver no diálogo com as partes interessadas e outros, com relação ao gerenciamento de riscos;

II - Estabelecimento do Escopo - definição do direcionamento das atividades de gestão de riscos, níveis considerados e alinhamento aos objetivos;

III - Estabelecimento do Contexto - definição dos parâmetros externos e internos a serem levados em consideração no gerenciamento de riscos e no estabelecimento do escopo e dos critérios de risco para a política de gestão de riscos;

IV - Estabelecimento de Critérios de Risco - definição dos parâmetros de escala para probabilidade e impacto a serem utilizados para avaliar a significância do risco (análise do nível do risco), conforme o grau de maturidade da gestão de riscos;

V - Identificação dos Riscos - busca, reconhecimento e descrição dos riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais;

VI - Análise dos Riscos - compreensão da natureza do risco e a determinação do seu respectivo nível mediante a combinação da probabilidade de sua ocorrência e dos impactos possíveis;

VII - Avaliação dos Riscos - processo de comparação dos resultados da análise de risco com os critérios do risco para determinar se o risco e/ou sua respectiva magnitude é aceitável ou tolerável, auxiliando na decisão sobre o tratamento dos riscos;

VIII - Tratamento dos Riscos - processo para modificar o risco, envolvendo a seleção da(s) opção(ões) mais apropriada(s) de tratamento, incluindo o balanceamento de benefícios potenciais derivados em relação ao alcance dos objetivos, face aos custos, esforço ou desvantagens da implementação, podendo ocorrer dentre as seguintes estratégias de respostas aos riscos, podendo envolver as ações de evitar, aceitar, reduzir e compartilhar;

IX - Estabelecimento de Controles - implantação de ações de controle que visam reduzir a probabilidade de materialização do risco e/ou seus efeitos, diminuindo a exposição das atividades aos riscos;

X - Monitoramento e Análise Crítica - verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação, executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado, sendo que mudanças significativas nos riscos gerenciados deverão ser reportadas, a qualquer tempo, ao Comitê Setorial;

XI - Registro e Relato - processo de documentação, por meio de mecanismos apropriados, da gestão de riscos e de seus resultados, sendo parte integrante da governança da organização, melhorando a qualidade do diálogo com as partes interessadas e apoiando a alta direção e os órgãos de supervisão a cumprirem suas responsabilidades.

§1º Eventuais conflitos de atuação decorrentes do processo de gestão de riscos serão dirimidos pelo Comitê Setorial de Compliance Público.

§2º A gestão de riscos deverá fazer parte de todos os processos organizacionais, incluindo o planejamento estratégico, os projetos, as políticas de gestão em todos os níveis da organização e as parcerias com outras organizações.

Art. 14. A elaboração de um Plano de Ação da pasta para a expansão da Gestão de Riscos deverá ser feita no início de cada exercício, com vistas a definir/atualizar o escopo das áreas ou processos a serem mapeados no exercício até a completa implantação da gestão de riscos em toda a pasta.

Parágrafo único. A elaboração do Plano de Gestão de Riscos pelo respectivo proprietário do risco, a ser estabelecido pelo Comitê Setorial de Compliance Público, será desenvolvido e/ou atualizado em até 120 dias a partir da data de publicação da Portaria pela CGE. O Plano de Gestão de Riscos, e os documentos que o compõe, deverá compreender todas as fases previstas no art. 13 desta Portaria

Art. 15. O processo de gestão de riscos deve ser objeto de revisão periódica, sempre que necessário, com prazo não superior a 1 (um)

ano, abrangendo as áreas, processos e projetos, em que a gestão de riscos já foi implantada da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI)

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) manterá registro formal de todos os atos administrativos provenientes do programa de Compliance Público (PCP) a fim de fornecimento de dados para revisão periódica interna e para a consultoria e auditoria baseada em riscos da Controladoria Geral do Estado.

Art. 17. O Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) estabelecerá plano de comunicação entre as partes interessadas internas e externas.

Art. 18. Os proprietários dos riscos a que se refere o art. 10 desta Portaria deverão cumprir com a presente Política de Gestão de Riscos a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 19. Durante a realização das reuniões do Comitê Setorial de Compliance Público da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação deverão ser definidos os níveis toleráveis de riscos, e, continuamente revisados, para fins de Auditoria Baseada em Riscos.

Art. 20. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Comitê Setorial de Compliance Público de acordo com as orientações a serem emanadas da CGE.

Art. 21. Fica revogada a Portaria nº 251/2023 - SECTI, de 29 de maio de 2023.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE

JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO

Protocolo 448829

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

PORTARIA Nº 243, de 20 de março de 2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO INTEGRADA DA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, e conforme disposto na Portaria nº 2, de 10 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial/GO nº 24.205, de 17 de janeiro de 2024,

Considerando o disposto no art. 163 da Lei estadual nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020;

Considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 202300017015203, bem com o disposto no Despacho nº 46/2024 (57391716), Despacho nº 113/2024 (57611515), Despacho nº 64/2024 (57614757) e Despacho nº 240/2024/SEMAD/CGAB (57928932), pelo quais as chefias imediata e mediata da servidora interessada manifestaram ciência e concordância ao pleito, resolve:

Art. 1º Conceder à servidora Elisa Leonel Utino, CPF nº ***.181.621-**, ocupante do cargo de Analista Ambiental, desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Licença para Tratar de Interesses Particulares, a ser usufruída pelo período de 3 (três) anos, com início em 01/04/2024 e término em 31/03/2027, nos termos do Art. 163 da Lei estadual nº 20.756 de 28/01/2020.

Art. 2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido da servidora ou a critério da Administração.

§ 1º Na hipótese de interrupção da licença a pedido da servidora, a Administração definirá a sua data de efetivo exercício, a qual ocorrerá até 30 (trinta) dias da data do pedido de retorno.

§2º Na hipótese de interrupção da licença a critério da Administração, a servidora deverá se apresentar em até 15 (quinze) dias improrrogáveis.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNNO ALVES DE OLIVEIRA BRITO

Superintendente de Gestão Integrada

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Portaria nº 02/2024 (DOE/GO nº 24.205, de 17/01/2024)

Protocolo 448915